

Portos do Brasil terão greve a partir de terça

DIREITOS TRABALHISTAS. Trabalhadores portuários protestam contra projeto de Lira

Portos do Brasil terão greve a partir de terça

Os trabalhadores portuários do Brasil vão cruzar os braços na próxima terça-feira (22). São cerca de 60 mil trabalhadores vinculados e avulsos ligados a três federações nacionais que vão paralisar suas atividades por 12 horas. Em Santos, são cerca de 20 mil profissionais que vão entrar em greve. A paralisação é um alerta ao Governo Federal e acontecerá das 7 às 19 horas. A decisão foi anunciada no início da noite de ontem (17) e conta com o aval de três federações nacionais de trabalhadores portuários.

O motivo da greve é a apresentação de um projeto de lei que extingue direitos trabalhistas dos avulsos e dos portuários em geral. A proposta será apresentada formalmente na Câmara dos Deputados na próxima quarta-feira (23). O texto também extingue os sindicatos que representam quatro categorias do Porto de Santos: conferentes de carga, Conselheiros, trabalhadores de bloco e vigias portuários.

Assim, se o projeto for aprovado, restarão apenas duas categorias de avulsos: os estivadores, que movimentam as cargas dentro dos navios, e a capatazia, que faz o trabalho na terra. Mas: a proposta autoriza que os terminais portuários possam terceirizar a contratação dos chamados trabalhadores avulsos, o que esvazia as

funções do Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).

O projeto de lei tem as digitais do presidente da Câmara, deputado federal Artur Lira (PP/AL), e foi formulado ao longo dos últimos 24 meses por uma comissão com 15 pessoas. O grupo não contou com a participação dos trabalhadores nem promoveu reuniões amplas com os sindicatos.

"Não houve espaço para nossa participação nas discussões. Não somos contra a modernidade nem contra novos investimentos no Porto, mas temos que garantir os direitos dos trabalhadores", resume Mito Machado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Santos (Sintraport).

"É uma aberração atrás da outra. Essa mudança retira completamente a responsabilidade dos terminais com os trabalhadores e vai aviltar os salários. Vai ser um caos para a cidade se isso acontecer", completa o sindicalista.

O anteprojeto foi vazado para três federações nacionais de trabalhadores portuários, que se reuniram e deliberaram pela paralisação de alerta. Em Santos, uma assembleia conjunta reuniu trabalhadores de seis sindicatos na quarta-feira (16), no Sindicato dos Trabalhadores da Administração Portuária.

"Farece que os caras querem acabar com nosso trabalho. Os trabalhadores estão indigna-



Porto de Santos é o principal escoador do café para o exterior

dos, com medo de perder direitos conquistados há muitos anos", completa Bruno José dos Santos, presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos.

DESEMPREGO EM MASSA.

No final da tarde desta quinta-feira (17), sindicalistas representantes de sete categorias se reuniram na Prefeitura de Santos com o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini.

O encontro contou com a participação do deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSB/SP) e o deputado estadual Caio França (PSB) estiveram presentes. Mas, o prefeito Rogério Santos (Republicanos) não pôde participar por motivo de luto na família.

"Vimos mostrar nossa indignação e foi uma conversa bem dura. Demos um recado ao Governo Federal e estamos dispostos a endurecer ainda mais caso eles (Congresso Nacional) mexam com a legislação ou terminem com o cais público em Santos", salienta o presidente do Sindicato dos Estivadores.

"Todos estamos preocupados com decisões que afetam os trabalhos do Porto de Santos. Hoje especificamente sobre a importância de ter cais público para os operadores portuários que não tem arrendamentos. Eles geram emprego e renda para a região, são daqui e contratam os avulsos. Não podem ficar sem uma segurança para operar", avalia o deputado estadual Caio França. (Nelson Regalado)

FIM DO CAIS PÚBLICO ASSUSTA

A possível extinção do cais público prejudicaria principalmente os operadores que não são arrendatários de áreas no Porto de Santos. Tanto que dez operadores do cais público santista também estiveram presentes à reunião.

Todos fazem parte da Câmara de Operadores Portuários do Cais Público do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopsp) e enviaram um ofício ao prefeito de Santos pedindo providências. Assim, o documento: Alphamar Port Services, Agropark Operações Portuárias, Reliance Agência e Serviços Portuários, SM Operador Portuário, Sinport Logística Portuária, S/A Marítima Eurobras Agente e Comissária, Set Port Logística e Port Master Operador Portuário.

Esses operadores desenvolvem suas atividades, principalmente, na descarga de grãos sólidos, insumos para a produção de fertilizantes, ração animal e matérias-primas para a indústria. É 60% dessa mercadoria atende às necessidades do agronegócio nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Por não serem arrendatários, esses operadores não possuem berços exclusivos e estão sujeitos à autorização da Autoridade Portuária para atracação em piers públicos.

"Isso implica que, ao compartilhar os berços, suas operações dependem da disponibilidade, sem preferência de embarques de grãos partindo do Mato Grosso. (NR)

resume o documento elaborado pelas dez empresas enviado ao prefeito.

"Anexamos a este ofício documentos que demonstram a importância das operações dos operadores de cais público não arrendatários, evidenciando sua contribuição para os importadores e para a sociedade santista em termos de geração de empregos, arrecadação de impostos e movimentação da economia local", resalta.

"Podemos acrescentar a importância para economia nacional, uma vez que as cargas movimentadas no Cais Público não serão absorvidas pelos terminais especializados existentes que já operam próximo a sua capacidade máxima, nem mesmo pelos novos hubs. Fatalmente haverá fuga de carga para outros portos, acarretando para economia local perdas substanciais em receita, além da subtração de empregos gerando um problema social, alertam os empresários.

"Os importadores irão sofrer com aumento do custo logístico, seja ele no transporte ou por demurrages, não é incorreto dizer que existe a probabilidade de ocorrer ambos os aumentos (elevando o custo Brasil), colocando em risco a competitividade do nosso Agronegócio. O fato é que os portos brasileiros não possuem capacidade ociosa para absorver operações de grãos sólidos realizada pelo cais público do Porto de Santos". No início da noite desta quinta-feira, caminhoneiros já reportaram a paralisação de embarques de grãos partindo do Mato Grosso. (NR)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 3